



PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL REFª CPI-017/2025 PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DIVERSO PARA O SHOWROOM DO EDIFÍCIO DO B- CRIC E SALA DE FORMAÇÃO AVANÇADA DO EDIFÍCIO DO VIC DO IPCA

(CPV - 31527260-6)

(CPV - 32232000-8)

Artigo 1º

Objeto do concurso

1. O presente procedimento tem por objeto principal a aquisição e instalação de um ecrã de LED e um sistema de reprodução de média com capacidade para alta resolução e conteúdo interativo para o showroom do edifício B-CRIC e um sistema de videoconferência para a sala de formação avançada do edifício VIC.
2. A aquisição de equipamento, suprarreferida, encontra-se agrupada por 2 (lotes) lotes, a saber:
 - a) **Lote 1** – Ecrã de LED e um sistema de reprodução de média com capacidade para alta resolução e conteúdo interativo para o showroom do edifício B-CRIC;
 - b) **Lote 2** – Sistema de vídeo conferência para a sala de formação avançada do Edifício VIC.
3. A adjudicação é feita individualmente ao nível de cada um dos lotes, pelo que os concorrentes devem apresentar separadamente a sua proposta em função do lote em que estejam interessados, podendo correr à totalidade dos lotes.
4. Salvo se estiver expressamente previsto em sentido contrário, as regras especificadas nas peças do procedimento são as mesmas para todos os lotes.
5. O presente procedimento segue a tramitação do concurso público, nos termos dos artigos 130º a 148º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e será integralmente disponibilizado a todos os interessados, na plataforma eletrónica de contratação pública, acessível através do portal <http://www.acingov.pt>, mediante registo.

Artigo 2º

Entidade Pública adjudicante

A entidade pública adjudicante é o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), com sede no Campus do IPCA - Vila Frescaíña de S. Martinho, 4750-810 Barcelos, NIF: 503 494 933, com o número de telefone: (+0351) 253 80 21 90 e com o endereço eletrónico geral@ipca.pt.

Artigo 3º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi autorizada por deliberação do Conselho de Gestão, nos termos do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado através do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor.

Artigo 4º

Impedimentos

Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que violem qualquer das disposições previstas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 5º

Disponibilização e acesso ao procedimento

As peças do concurso serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pelo IPCA, acessível através do site eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde o dia da publicação do anúncio em Diário da República, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 6º

Esclarecimentos e Retificações e Alterações das Peças do Procedimento

1 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento podem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pelo IPCA em <http://www.acingov.pt>.

2 - Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem ainda apresentar, através da plataforma eletrónica utilizada pelo IPCA, em <http://www.acingov.pt>, ao órgão competente para a decisão de contratar, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;

- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

3 - Excetuam-se do disposto no número anterior os erros e as omissões referidos na alínea d) do número anterior e aqueles que o concorrente, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudesse detetar na fase de execução do contrato.

4 - O incumprimento do dever a que se referem os números anteriores acarreta as consequências previstas nos nºs 3 e 4 do artigo 378º do Código dos Contratos Públicos.

5 - Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:

- a) O nomeado para a condução do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados, através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pelo IPCA em <http://www.acingov.pt>;
- b) O órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se, através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pelo IPCA em <http://www.acingov.pt>, sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

6 - Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido no número anterior, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado, nos termos do nº 1 do artigo 64º do CCP.

7 - Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicação da decisão de aceitação de erros ou de omissões, nos termos do nº 3 do artigo 64º do CCP.

8 - A pedido fundamentado do interessado, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, nos termos do nº 4 do artigo 64º do CCP.

9 - Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pelo IPCA em <http://www.acingov.pt> e juntos às peças do procedimento patentes para consulta, devendo todos os

interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto, nos termos do nº 5 do artigo 64º do CCP.

10 - Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 7º

Documentos que constituem a proposta

1 – A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt> devendo ser seleccionadas as seguintes opções:

- ✓ “Sou um operador económico”;
- ✓ “Importar um DEUCP”;
- ✓ “Carregar documento” – seleccionar o ficheiro “CPI-017/2025” em formato .xml disponibilizado pelo Instituto Politécnico do Cávado e do Ave na plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>.
- ✓ Seleccionar o país do concorrente;
- ✓ Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
- ✓ No final, seleccionar a opção “Imprimir/Exportar” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado nos termos do artigo 8º do presente programa e enviado juntamente com os restantes documentos da proposta.

b) Declaração do concorrente, devidamente assinada, que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenha os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, em conformidade com o **Anexo I** deste Programa de Procedimento;

c) Mapa de Quantidades em anexo, disponibilizado em formato .x/sx., devidamente preenchido e assinado;

d) Fichas técnicas e/ou documentos que contenham as especificações técnicas dos equipamentos, a fornecer pelo concorrente;

e) O concorrente pode ainda apresentar outros documentos que considere indispensáveis para a avaliação dos atributos das propostas, de acordo com os quais se dispõe a contratar.

2 – Os preços constantes da proposta são indicados em euros, com 2 casas decimais e não incluem o IVA.

3 – Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de qualquer divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos. Sempre que na

proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Artigo 8º

Prazo e modo de apresentação da proposta

- 1 – Os documentos que constituem a proposta deverão ser apresentados através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>, até às **23:59 horas do 33º dia** contado da data do envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.
- 2 – Quando pela sua natureza qualquer documento que constitua a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número anterior, aplica-se o previsto no nº 5 do artigo 62º do Código dos Contratos Públicos.
- 3 – A proposta e todos os documentos que lhe associarem, designadamente, a declaração prevista na alínea a) do nº 1 do artigo anterior devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos no artigo 54º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.
- 4 – Independentemente da assinatura qualificada que é feita na própria plataforma, é obrigatória a aposição da assinatura digital qualificada, pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, em todos os documentos da proposta submetidos, com exceção dos comprovativos de titularidade ou representação emitidos por entidades externas ao concorrente.
- 5 – Se declaração indicada na alínea a) do nº 1 do Artigo 8º for assinada por procurador, será necessário anexar procuração que confira poderes suficientes para o efeito.
- 6 – Quando a declaração referida no número anterior for assinada por representante legal do concorrente, é necessário apresentar a certidão permanente da empresa ou indicação do código de acesso à consulta para conferir os poderes da representação do mesmo.
- 7 – Quando a proposta for apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida no número anterior deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem anexar-se à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
- 8 – O concorrente deve prever o tempo necessário para a inserção da proposta, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida.

Artigo 9º

Preço base

1 – O preço base do presente procedimento é estabelecido em **338.000,00€** (trezentos e trinta e oito mil euros), sendo este o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do contrato, incluindo eventuais renovações, nos termos do n.º 1 do artigo 47.º do CCP.

2 – Ao valor referido no número anterior acresce o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

3 – O preço base estabelecido para cada lote, entendido como preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar por todas as prestações que compõem o respetivo lote, corresponde aos seguintes valores:

- a. **Lote 1** - Ecrã de LED e um sistema de reprodução de média com capacidade para alta resolução e conteúdo interativo para o showroom do edifício B-CRIC – **270.000,00 €** (duzentos e setenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- b. **Lote 2** – Sistema de Vídeo Conferência para a sala de Formação Avançada do Edifício do VIC - **68.000,00 €** (sessenta e oito mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

4 – Ao valor referido no número anterior acresce o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

5 – O preço base estabelecido para cada lote, entendido como preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar por todas as prestações objeto do presente concurso.

Artigo 10º

Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhadas de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara, para todos efeitos, aceitar prevalência sobre os respetivos originais, com exceção dos documentos contendo as especificações técnicas dos equipamentos que podem ser redigidos em língua inglesa ou espanhola sem necessidade de tradução.

Artigo 11º

Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 12º

Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes, nos termos do nº 7 do artigo 59º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 13º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1 – O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes, através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pelo IPCA em <http://www.acingov.pt>.

2 – O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação da sua proposta.

3 – Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no ponto 1 do presente artigo.

Artigo 14º

Exclusão das propostas

1 – São excluídas as propostas cuja análise revele:

- a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação, em conformidade com o ponto 1 do Artigo 8º do presente programa de concurso;
- b) Que não sejam instruídas de todos os documentos exigidos no ponto 1 do Artigo 7º do presente programa de concurso;
- c) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62º do Código dos Contratos Públicos;
- d) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de alguns dos respetivos atributos;
- e) Que o preço contratual seria superior ao preço base;
- f) Que o contrato a celebrar implicaria uma violação de quaisquer vinculações legais ou regularmente aplicáveis;
- g) A existência de indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;

- h) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos;
- i) Que não cumpram o disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos;
- j) Que os documentos que constituem a proposta não estejam redigidos em língua portuguesa;
- k) Que sejam apresentadas como propostas variantes;
- l) Que violem quaisquer das demais disposições previstas no Código dos Contratos Públicos.

Artigo 15º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita, por Lote, de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de multifator, conforme previsto na alínea a) do nº 1 do artigo 74º do Código dos Contratos Públicos, de acordo com os seguintes fatores e com o seguinte modelo de avaliação:

A Pontuação Final da Proposta é obtida através da aplicação seguinte expressão matemática:

$$PF = (60\% \times PP) + (20\% \times PE) + (20\% \times EGE)$$

Em que:

PF = Pontuação Final da Proposta

PP = Preço da Proposta – 60%

PE = Prazo de Entrega- 20%

EGE = Extensão de Garantia dos equipamentos – 20%

1. Fator Preço (PP)

A pontuação do fator Preço, com uma ponderação de 60%, será calculada de acordo com a seguinte expressão matemática:

$$P_{pp} = 100 - \left(\frac{P_p}{P_b} \times 100 \right)$$

Em que:

P_{pp} = Pontuação do Fator Preço da Proposta

P_b = Preço Base

P_p = Preço da Proposta

2. Fator Prazo de Entrega (PE)

A pontuação do fator Prazo de Entrega, com uma ponderação de 20%, será calculada de acordo com a seguinte expressão matemática:

$$P_{Pe} = 100 \times \left(1 - \frac{P_{ep} - 1}{P_{me} - 1} \right)$$

Em que:

P_{Pe} = Pontuação do Fator Prazo de Entrega

P_{ep} = Prazo de Entrega Proposto

P_{me} = Prazo Máximo de Entrega previsto no Caderno de Encargos

3. Fator Extensão de Garantia do Equipamento (EGE)

A pontuação do fator Extensão da Garantia, com uma ponderação de 20%, será pontuada da seguinte forma:

Extensão Garantia dos Equipamentos	
+ 5 anos de garantia	100
+ 4 anos de garantia	80
+ 3 anos de garantia	60
+ 2 anos de garantia	40
+ 1 ano de garantia	20
Não indica extensão de Garantia	0

2. A adjudicação será efetuada ao concorrente que obtiver a ponderação final mais alta, até à 3ª casa decimal.

3. No caso de empate entre duas propostas ou mais propostas admitidas, a adjudicação será efetuada à proposta que apresentar o preço mais baixo, se empate persistir a adjudicação será efetuada à proposta que apresentar o prazo de entrega mais curto, se mesmo assim, o empate persistir a adjudicação será efetuado à proposta que apresentar o maior número de anos de extensão de garantia, persistindo o empate a adjudicação será efetuada por sorteio, nos termos do Regulamento que se encontra em anexo.

Artigo 16º

Relatório preliminar de análise das propostas

- 1 - Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas.
- 2 - No relatório preliminar, o Júri deve também propor a exclusão das propostas relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude o nº 2 do artigo 146º do CCP.

Artigo 17º

Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito através da plataforma, no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 5 dias úteis.

Artigo 18º

Relatório final

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148º do CCP.

Artigo 19º

Notificação da decisão de adjudicação

- 1 – A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, remetendo-se-lhes o relatório final de análise das propostas.
- 2 – Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no Artigo 24º deste programa de concurso;
 - b) Prestar caução, se esta for devida;
 - c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - d) Se pronunciar sobre a minuta do contrato;
 - e) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.

Artigo 20º

Causas de não adjudicação

1 – Não há lugar a adjudicação quando:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado propostas;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
- d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem.

2 – A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

Artigo 21º

Redução do contrato a escrito

Conforme previsto no artigo 94º do Código dos Contratos Públicos, o contrato será reduzido a escrito, através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

Artigo 22º

Aprovação e notificação da minuta de contrato

1 – A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.

2 – Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, em conformidade com o disposto na alínea d) do nº 2 do Artigo 19º do presente Programa.

Artigo 23º

Aceitação da minuta de contrato

A minuta de contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 24º

Documentos de habilitação

1 - O adjudicatário deve entregar, no prazo de **5 dias úteis** a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao presente programa de concurso, de acordo com o estabelecido na alínea a) do nº 1 do artigo 81º do CCP;
- b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que não se encontra em nenhuma das situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e), e h) do artigo 55º do CCP;
- c) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta *online*, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.
- d) Documento comprovativo de registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo (<https://rcbe.justica.gov.pt>), de acordo com o disposto no artigo 3º e na al. b) do nº 1 do artigo 37º, ambos da Lei nº 89/2017, de 21 de agosto, na medida em que o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87º-A do CCP (*apenas para entidades nacionais*);

2 – Quando o adjudicatário for um agrupamento os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem, nos termos do artigo 6º da Portaria nº 372/2017, de 14 de dezembro, por remissão do nº 2 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos.

3 – Os documentos de habilitação devem ser apresentados em formato digital através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>. No caso da plataforma eletrónica se encontrar indisponível, os documentos de habilitação devem ser enviados para o endereço eletrónico indicado no Artigo 2º do presente programa de concurso.

4 - Todos os documentos de habilitação podem ser redigidos em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, sem necessidade de tradução devidamente legalizada, ou, quando, pela sua própria natureza ou origem, os referidos documentos estiverem redigidos em língua estrangeira que não nenhuma das previstas, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

5 - O adjudicatário pode, em substituição da apresentação da reprodução dos documentos de habilitação, indicar o endereço do sítio da Internet onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que o referido sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

6 - Nos termos do nº 2 do artigo 85º do CCP, o prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação poderá ser prorrogado por um prazo máximo de 5 dias, se essa prorrogação for solicitada, pelo adjudicatário, em tempo útil e devidamente fundamentada.

- 7 - Não é necessária a apresentação dos documentos previstos na alínea b) do 1., caso o adjudicatário se encontre devidamente registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.
- 8 – Nos casos em que o valor do contrato a celebrar determine a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, o órgão competente para a decisão de contratar deve solicitar ao adjudicatário a apresentação de um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei.
- 9 – Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos previstos no artigo 86º do CCP, o adjudicatário é notificado relativamente ao facto que ocorreu, sendo fixado um prazo de 5 dias para que este se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 10 – Quando o facto a que se refere o número anterior se verifique por causa não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar, em função das razões invocadas, notificará o adjudicatário para a apresentação dos documentos em falta, fixando-lhe um prazo adicional de 5 dias para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação.
- 11 – O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do presente convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das atividades objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.
- 12 - O órgão competente para a decisão de contratar pode ainda exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do 2, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86º do CCP.

Artigo 25º

Cumprimento das obrigações legais e contratuais

Não é exigida a prestação de caução, ao abrigo do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Artigo 26º

Legislação Aplicável

O contrato é regulado pelas normas constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, e demais legislação específica aplicável.

ANEXOS

Anexo I – Modelo de Proposta de Preço.

Anexo II – Modelo de Declaração [a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos].

Regulamento de Sorteio

NOTA: estes anexos, em formato editável, constituem documentos autónomos das peças do procedimento e fazem parte integrante deste Programa.

ANEXO I

MINUTA DE PROPOSTA

(a que se refere a alínea b) do n.º 1 do Artigo 7.º deste Programa de Procedimento)

----- [entidade; designação legal, NIPC e sede], representada por -----
[gerente/administrador/representante legal; nome, NIF, domicílio fiscal ou profissional], tendo tomado
inteiro e perfeito conhecimento do procedimento concursal, **CPI- 017/2025** relativo à **“Aquisição de
equipamento diverso para o showroom do edifício do B- CRIC e sala de formação avançada do edifício
do VIC do IPCA”**, obriga-se a executar o contrato e fornecer ao IPCA todos os bens que constituem o
respetivo objeto, nos termos, condições e de harmonia com o caderno de encargos e os restantes
elementos do procedimento, designadamente, para o(s) lote(s) assinalados infra, em conformidade com
os atributos aí indicados, e em conformidade com os preços unitários descritos no mapa de quantidades.

1. Preço total da proposta: _____ € (_____ euros);

a. Preço para o lote 1: _____ € (_____ euros);

b. Preço para o Lote 2: _____ € (_____ euros);

À quantia acima referida acrescerá o IVA à taxa legal, atualmente em vigor.

Lote(s) a que se candidata

Lote	Sim	Não	Preço total S/ IVA	Prazo de Entrega	Prazo de Garantia adicional
Lote 1					
Lote 2					

[Local], [data]

[Assinatura]

ANEXO II

Modelo de Declaração de Habilitação

(a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de **(1)**... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **(2)** não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados **(3)**] os documentos comprovativos de que a sua representada **(4)** não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura **(5)**].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57º

REGULAMENTO DO SORTEIO DE DESEMPATE DAS PROPOSTAS

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, proceder-se-á a um sorteio para seriar as propostas empatadas, nos termos seguintes:

- 1 - As propostas empatadas serão numeradas de 1 a " n ", usando-se, para efeitos de numeração, a ordem cronológica de submissão de cada uma delas, conforme o respetivo registo na plataforma.
- 2 - Os números serão impressos em papel branco, que será dobrado em 4, de modo a que não fique visível o número inscrito em cada folha.
- 3 - Os papéis dobrados serão todos introduzidos em recipiente opaco, misturando-se os papéis no seu interior.
- 4 - Os papéis serão retirados um a um, sendo elaborado um auto que identifica a ordem pelo qual foram retirados, constituindo-se assim a ordenação e seriação final das propostas empatadas, documento esse que fará parte do processo do procedimento e será notificado na plataforma eletrónica a todos os concorrentes.
- 5 - O primeiro papel a ser retirado corresponde ao concorrente que ficará em primeiro lugar e assim sucessivamente até que sejam esgotados todos os papéis introduzidos no recipiente.
- 6 - Os trabalhos referidos nos números anteriores são efetuados pelos membros do júri, cabendo ao presidente do júri a sua condução e orientação.
- 7 - Ao sorteio e às operações acima descritas podem assistir os concorrentes que sejam submetidos ao desempate ou os seus representantes devidamente credenciados e mandatados, com os necessários poderes de representação, e bem assim outros funcionários do IPCA, igualmente mandatados para o efeito.
- 8 - Do processo de sorteio será lavrada ata que será assinada por todos os presentes.